

RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

DESAFIOS AOS ALUNOS A ENFRENTAREM A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

¹Rita de Cássia Soares Duque, ²José Carlos Guimarães Junior, ³Rubia Clara Nascimento de Oliveira, ⁴Joab Aguiar do Nascimento, ⁵Fabricia Ribeiro Gontijo, ⁶Ivone Xavier Mendes, ⁷Alex Monteiro dos Santos, ⁸Adão Rodrigues de Sousa, ⁹Fernando Bueno Vieira and ¹⁰Poliana Kássia Nascimento Silva, ¹¹Taynan Alécio da Silva

¹Esp. Psicologia Escolar e Educacional. - FAVENI, Esp. em Educação Inclusiva e TGD / TEA. - FAVENI, Esp. Docência do Ensino Superior. - AFIRMATIVO, Graduação em Pedagogia pela UFMT Campus de Rondonópolis, Brasil; ²Doutor em Biodiversidade e Conservação, Universidade do Estado do Amazonas-Rede Bionorte, Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Distrito Federal, Brasil; ³Especialista em Matemática, para series iniciais pelo Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico (NPADC). Especialista em Metodologia da Educação pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Pará (UEPA); ⁴Mestre em ciência, inovação e tecnologia para a Amazônia - Universidade Federal do Acre (UFAC), Docente Centro Universitário Estácio - UNIMETA, Brasil; ⁵Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011), Especialização Lato Sensu em Gestão Escolar pela Escola de Gestores da UFMG (2013), Professora responsável de cursos de graduação na modalidade EAD; ⁶Mestranda em Educação na Universidade Federal de Goiás, Professora na rede Estadual de Goiás; ⁷UCAM/PROMINAS - Universidade Cândido Mendes/Instituto Prominas, Professor da Educação Especial - Mediador da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, Brasil; ⁸Pós Graduado em Educação Física Escolar com ênfase infantil, Docência do Ensino Superior, Diversidade e Relação Étnico Raciais, Pela Universidade Unopar; ⁹Mestre em Estudos Latino-americanos, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Professor Universitário; ¹⁰Pedagoga-Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico - AEE (IFES); ¹¹Taynan Alécio da Silva- Mestrando em Educação - Universidade Estadual de Maringá-PR.

ARTICLE INFO

Article History:

Received 06th June, 2022
Received in revised form
28th June, 2022
Accepted 29th July, 2022
Published online 17th August, 2022

Key Words:

Capacitação de Recursos Humanos em Saúde;
Capacitação em Serviço; Residência e Internato;
Assistência à Saúde Mental; Saúde Mental.

*Corresponding author:

Rita de Cássia Soares Duque

ABSTRACT

Introdução: A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) tem a função de potencializar o ensino dos alunos com deficiência ou com altas habilidades para promover condições de acesso, aprendizagem e participação no ensino regular. **Objetivo:** Objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura a fim de compreender quais desafios os alunos enfrentam na sala de recursos multifuncionais. **Materiais e Métodos:** Foi realizada uma busca das referências nas bases Periódicos CAPES, Google Scholar, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em maio de 2022. A busca permitiu a identificação de quatro artigos que se adequaram aos critérios estabelecidos. **Resultados:** Assim, foi possível observar que 30% dos autores discutem sobre a necessidade de haver estratégias que possam atender as necessidades de aprendizagens dos alunos que frequentam as SRMs. Bem como, 20% dos autores falam da urgência de inclusão dos sujeitos no contexto escolar e como identificar os desafios e as fragilidades desses alunos. Foi possível identificar que 30% dos estudos trazem os desafios e as fragilidades das produções acadêmicas, dos programas pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que tem como objeto as Salas de Recursos Multifuncionais. **Conclusão:** Assim, foi possível compreender que os desafios encontrados pelos alunos na sala de recursos multifuncionais é a dificuldade em superar a barreira da aprendizagem significativa, e esta, está relacionada com a impasses que os professores encontram no ato de planejar, na escolha das atividades, na interação, no desenvolvimento socioemocional com os estudantes e na forma específica de atendimento que os alunos necessitam. As barreiras não estão sendo vencidas devido, a fragilidade encontrada pelos profissionais da educação especial.

Copyright © 2022, Rita de Cássia Soares Duque et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Rita de Cássia Soares Duque, José Carlos Guimarães Junior, Rubia Clara Nascimento de Oliveira, Joab Aguiar do Nascimento, Fabricia PAGO Fabricia Ribeiro Gontijo, Ivone Xavier Mendes, Alex Monteiro dos Santos, Adão Rodrigues de Sousa, Fernando Bueno Vieira and Poliana Kássia Nascimento Silva, 2022. "Alunos hoje, preceptores amanhã: a importância da formação pedagógica nos programas de residência multiprofissional em saúde mental", *International Journal of Development Research*, 12, (08), 58002-58007.

INTRODUCTION

Na atualidade a Educação Especial é uma modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos com necessidades especiais, transtornos do espectro autista e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2008). Dito isso, a educação especial tem os mesmos objetivos das outras categorias da educação em geral, o que difere é o público-alvo, que passa ser

consoante as individualidades dos alunos. As individualidades são respeitadas a partir das diversidades (LIMA, 2020). Nesse sentido, quando se fala de diversidade, os conceitos entre educação especial e Educação Inclusiva se misturam, já que se refere as diferenças étnicas, ideológicas, culturais religiosas que existem entre os seres humanos. (MAZERA et al. 2017). Isso se deve ao fato, de que a educação inclusiva se pauta nos direitos humanos, que visa garantir à educação de qualidade, equitativa, reconhecendo e valorizando a diversidade humana ampliando as possibilidades de acesso pleno a uma formação global (BRASIL 2020). Assim, a educação inclusiva atende às características físicas, intelectuais, sociais emocionais, linguísticas, culturais ou outras Santos (2017). Como também, o conceito de diversidade discute questões de gênero e sexualidade, fatores socioeconômicos e deficiências. Giroto e Milanez (2013) também apresentam dados consolidados em suas pesquisas e relacionam tal equívoco, entre outros fatores, sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nas propostas de formação inicial de professores. A Nota Técnica n.º 055/2013 (BRASIL, 2013), apresenta orientações ao funcionamento dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, na perspectiva da educação inclusiva, e reforça a ideia de que o AEE é de caráter não substitutivo ao ensino regular.

Bem como, é preciso que o professor da sala regular, participe do acompanhamento de famílias e em interlocução com os demais profissionais envolvidos no processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial (POKER, et al 2013). De acordo, com Menicucci (2005) e Pletsch (2009) os autores abordam sobre quatro paradigmas no qual, os indivíduos viveram em diferentes fases de suas vidas sendo eles: a exclusão, a segregação, integração e o da inclusão. A saber, um paradigma não se aniquila com a entrada de outro, já que, os diferentes modelos existem em diversos aspectos, esse movimento não demonstrou uma ruptura (GLAT; FERNANDES, 2005; PLETSCHE; FONTES, 2006). Escrever sobre deficiências, alunos, inclusão, educação especial, sem apontar como acontece, é o motivo das inquietações deste estudo, sendo a Sala de Recursos Multifuncionais — SRMs lócus de pesquisa literária BRANDÃO (2013); FERREIRA (2013). Em dezembro de 2003, o Ministério da Educação por meio da Secretária de Educação lança o Programa Educação Inclusiva “Direito à Diversidade” que, em 2005, tinha como uma de suas principais estratégias, formação de gestores e professores (FREITAS, et al. 2016). No dia 24 de abril de 2007, a portaria n.º 13, foi publicada no Brasil, a institucionalização do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais é implantada nas cinco regiões brasileiras (BRASIL 2007). Essa data é um marco, assim como um divisor de águas na história da Educação Especial e Inclusiva na qual estabelece diretrizes do Compromisso Todos pela Educação que garante o acesso e a permanência no ensino regular e no AEE Segabinazz; Mendes (2018).

Todavia, dois anos antes, o Documento Orientador do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (BRASIL/MEC, 2005) já elaborava menção às salas de recursos empregando o adjetivo multifuncional (PANSINI, 2018, P.86). Essas mudanças e atualizações que foram acontecendo se efetivaria com base nos marcos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem e de Acesso e Qualidade (UNESCO, 1990, 1994). A partir dessa época, inicia as instalações das salas de recursos multifuncionais nas escolas e passam a ser o local prioritário para a oferta do AEE, dividindo-as em duas categorias. Tipo I, Tipo II (PANSINI, 2018). Essas divisões destinam-se referente ao tipo de materiais designados a salas para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, e sendo Tipo II dos estudantes com cegueira e baixa visão Pansini (2018). De acordo com a Resolução CNE/CEB n.4/2009 (BRASIL, 2009) essa define as atribuições e quais aptidões é preciso conter para lecionar na SRM e um pouco mais sobre a sala de recursos multifuncionais e suas características. Para concluir essa etapa é necessária a inclusão do professor da sala de recursos como um dos principais indivíduos deste estudo. Assim durante a construção deste estudo foi possível

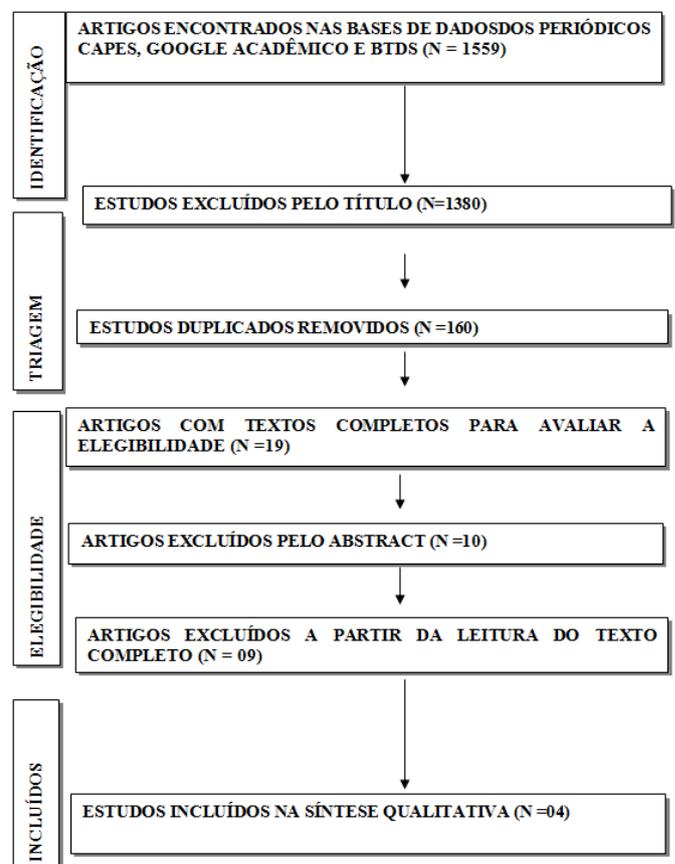
consultar a Resolução CNE/CEB n.4/2009 (BRASIL, 2009) para colaboração desta revisão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feito um levantamento da literatura em maio de 2022, nas bases de dados Periódicos CAPES, Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados foram os seguintes: “Sala de Recursos Multifuncionais” AND “alunos” AND “deficiências” AND “Multifunctional Resource Room” AND “Students” AND “Deficiencies” em todas as bases de dados. Desse modo, foram selecionados 04 artigos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: artigos, teses e dissertações nos idiomas inglês e português, nos últimos cinco anos, envolvendo dificuldades, alunos com deficiência e sala de recursos multifuncionais.

Os critérios de exclusão foram artigos de revisão de literature

1. Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos trabalhos



DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura de modo a compreender quais desafios os alunos enfrentam na Sala de Recursos Multifuncionais — SRM, autores e estudiosos fizeram parte deste levantamento Silva & Lobato (2021). A instituição escolar enfrenta diferentes desafios na formação dos discentes, a educação inclusiva foca no respeito pelas singularidades, preza e valoriza as diferenças no cotidiano e que incentive a autonomia e a interação e socialização do indivíduo (BARCELLI, 2018). A Implementação do Programa das Salas de Recursos Multifuncionais vem de encontro com um serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE que ocorre no contra turno da aula regular (MACHADO 2021). Instituído pelo MEC/SEESP o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais por meio da Portaria n.º 13 / 2007, a Educação Especial integra o Plano de Desenvolvimento da Educação — PDE (BRASIL, 2007).

Tabela 1. Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa

#N	Data	Título	Autores	Periódico Nome da revista onde o artigo foi publicado	Objetivos	Resultados
1	2022	O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no pós-pandemia em Mato Grosso	Lilian Barreto Lellis1*, José Carlos Arantes2, Hidelberto de Sousa Ribeiro3	Conjecturas	Refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) mediante as atuações desses profissionais na promoção da aprendizagem e o convívio dos estudantes com deficiências em diferentes redes de ensino no município do interior do estado de Mato Grosso	Os resultados obtidos mostram que ainda há muito trabalho a ser feito para se ter uma educação para todos, e que a construção de uma sociedade inclusiva exige reflexões, adaptações e flexibilidades de ideias e de práticas. E no que se refere ao AEE, de caráter complementar ou suplementar, fica evidente a busca por estratégias que contemplem da melhor forma possível o atendimento ao aluno com deficiência, bem como a socialização de informações entre os professores para construir um trabalho colaborativo que permita resultados exitosos.
2	2021	O estado do conhecimento sobre as SRM: As produções acadêmicas dos programas de pós-Graduação stricto sensu no Brasil	PLAÇA, Jaqueline Santos Vargas1 GOBARA, Shirley Takeco2	Reflexão e Ação	Apresentar o Estado do Conhecimento das produções acadêmicas, dos programas pós-graduação stricto sensu no Brasil, que tem como objeto as Salas de Recursos Multifuncionais.	Podemos identificar os desafios e as fragilidades apontadas nos trabalhos analisados, o que serviu para justificar pesquisas em andamento e servirá como o alicerce para que possamos investigar as questões apontadas, refletir sobre o AEE que estão acontecendo nas SRMF e propor formas ou processos que venham incluir, de fato, os alunos com deficiência nas atividades escolares.
3	2020	A Infrequência Escolar no AEE em Sala de Recursos Multifuncionais: desafios e possibilidades.	Alexssander Gonçalves de Lima	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de Concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública	Compreender como se estruturam as práticas e ações que contribuem para a infrequência dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais encaminhados para os diferentes tipos de atendimentos realizados na SRM da escola em questão.	Considerando as múltiplas situações que envolvem processos educacionais na perspectiva da educação inclusiva, embora se entenda que seja possível contemplar as lacunas identificadas no campo com as ações propostas no Plano de Ação Educacional, o presente estudo não se propõe a esgotar o assunto. O fato é que, independentemente da situação vivenciada em cada unidade educacional, é fundamental que esforços coletivos e colaborativos sejam envidados em favor do maior acolhimento e melhor atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas.
4	2019	INCLUSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: COM A PALAVRA, OS PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	Rosimar Bortolini POKER, Beatriz Aparecida Barboza do Nascimento e Claudia Regina Mosca Giroto	Doxa	Investigar a compreensão que professores especialistas regentes de Salas Multifuncionais têm sobre a educação inclusiva e especial e sobre a sua formação, analisando o papel que a educação especial assume na implementação desse novo projeto de escola pautado pela inclusão.	Cabe ao sistema educacional vigente rever e reavaliar a maneira como as ações em prol da educação inclusiva têm sido implementadas. Há necessidade de investir fortemente nas condições para a transformação da organização e estrutura da escola, não só no sentido físico, mas também nas mudanças atitudinais e conceituais de toda a comunidade escolar. Não é mais possível aceitar que a burocracia, a legislação ou mesmo o funcionamento de determinados serviços, por si sós, constituam os elementos comprobatórios de que a inclusão está acontecendo nas escolas
5	2018	Alguns Obstáculos Para A Educação Inclusiva Dentro E Fora Da Escola	Nivaldo Alexandre de Freitas	Educação Cultural Sociedade	Discutir, com base em autores da teoria crítica da sociedade, alguns obstáculos para a realização efetiva da educação inclusiva.	Aponta-se para a importância da defesa da escola pública como âmbito de educação inclusiva e como agente de transformação social, pelo fato de acolher aqueles que tendem a ser excluídos desta sociedade fundamentada na violência.
6	2018	Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil: Para que para quem?	Flávia Pansini	Tese Manaus BTDS	Analisar as funções da sala de recursos multifuncionais no contexto da educação especial brasileira.	Entendemos ser fundamental especificar melhor o que esperamos dessa sala e de que forma podemos intensificar a luta para que ela cumpra seus objetivos. Para isso, o horizonte para o qual precisamos nos voltar não é o da sala de recursos multifuncionais, que poderá sim vir a se constituir um serviço de melhor qualidade. O horizonte para o qual necessitamos nos voltar em nossas análises é o modo de produção capitalista e seus mecanismos de exploração.

.....Continue

8	2017	Pesquisa em educação inclusiva: representações dos docentes das Salas de Recursos Multifuncionais sobre o Professor-pesquisador	Eline Freitas Brandão Barbosa	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. BTDS	Analisar a representação sobre o professor-pesquisador por docentes da rede básica de ensino no Estado de Sergipe que atuam em SRM, bem como analisar a construção do conhecimento produzido em sua prática, através da ação da pesquisa	Compreendemos a importância do papel dos órgãos gestores em educação em incentivar a pesquisa e o desenvolvimento educacional, promovendo eventos de capacitação, criando condições favoráveis dentro das instituições de ensino para o desenvolvimento da pesquisa educacional entre os docentes que atuam na educação básica e removendo os obstáculos para que a prática da pesquisa de fato se constitua numa realidade dentro das instituições de educação básica.
9	2017	Educando na Diversidade: A questão da Sala de Recursos Multifuncionais	Thiffanne Pereira dos Santos	Dissertação de Mestrado Ciências Humanas Educação Universidade Estadual de Goiás BTDS	Analisar se a institucionalização de Salas de Recursos Multifuncionais pode representar uma alternativa para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva com vistas ao respeito da diversidade.	Fica evidente que elas não têm representado uma alternativa viável para a inclusão escolar com vistas a educação na e para a diversidade (REIS, 2013). Para que essas salas atendam a esse anseio é imprescindível que se constituam mecanismos para que os três aspectos analisados – formação docente, organização e prática pedagógica, caminhem lado a lado de forma contundente e eficaz, possibilitando a consolidação dos princípios da Educação Inclusiva.
10	2016	Contribuições Metodológicas da Sala de Recursos Multifuncionais para o aprendizado do sujeito visual.	Souza, Sebastiana Almeida (UFMT)	Falange Miúda.	Entender como se dá a interação entre o aluno e professores no processo de ensino-aprendizagem no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais.	Refletir que realmente faz-se necessário o diálogo para que haja, de fato, comunicação e entendimento da real situação do aluno, suas dificuldades, superações e aprendizagem e, dessa forma, o professor poderá intervir de maneira realista e condizente às reais necessidades do mesmo. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 1988, p. 109). FAZER e APRENDER, num movimento exotópico que, segundo Bakhtin (BAKHTIN, 1992) significa colocar-se no lugar do outro, perceber o mundo como o outro vê para depois retornar ao seu próprio lugar modificado.

Por certo, considerando a importância do AEE, Machado (2021) diz que:

O atendimento educacional especializado (AEE) será para o aluno com deficiência, que está matriculado na rede regular e na classe comum, usado para garantir acesso ao currículo, que deverá ocorrer em uma sala munida de recursos que os auxiliem a aprender mais. A sala, comumente, nominada de sala de recursos multifuncionais (SRMs), deve ter um professor especialista em técnicas de ensino que promova o melhor desenvolvimento da aprendizagem do educando que dela faça uso.

De acordo, com (PLAÇA e GOBARA, 2021) salas multifuncionais são locais para atendimentos individualizados com um professor especialista em educação especial que realiza um trabalho diferenciado com os discentes do público-alvo. Luna (2015) em sua tese sintetiza os resultados que evidenciaram a problemática da desorganização e que existem má funcionamento efetivo, falta de material, falta de formação específica e pouca colaboração da equipe escolar quando o assunto é educação especial. A pesquisadora Souza (2021) diz que o professor deve reconhecer o que será necessário para eliminar as barreiras impostas pela sociedade que se utiliza do discurso capacitista que reforçam a ideia discriminatória de que pessoas com deficiências são incapazes. A saber, no artigo da Revista Conjecturas Ano 2022, os autores (LELLIS, ARANTES e RIBEIRO, 2022) revelam resultados sobre o AEE cujo atendimento necessita de adaptações, reflexões, flexibilidades de ideias e de práticas interventivas. Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva - TA é um instrumento necessário para um atendimento eficaz, já que, a mesma é além de um recurso, produto, serviço ou método, mas sim, um suporte que qualifica a vida do indivíduo (SANTOS, et al.

2017). Já que, o AEE tem caráter complementar ou suplementar é preciso ter estratégias que contemplem o atendimento, socialização, interação dos alunos com deficiência, transtorno e altas habilidades/superdotação, o uso da TA é fundamental quando necessário (LIMA, 2020). Então é preciso trocar exclusão por inclusão, valorizar as singularidades, incentivar as produções, e saber escutar o aluno e seus desejos. A educação inclusiva é pautada no respeito, nas diferenças, tendo como premissa o diálogo Santos (2017).

Desde os anos 2000, o autor relata o sentimento de frustração dos professores do ensino regular em lidar com os alunos com deficiência, e após mais de vinte anos, pouco se mudou, baseando-se nas pesquisas relacionadas e referenciadas neste artigo (MITTLER, 2000). Isso se deve a um dos fatores no qual faz parte da formação docente, como se encontra descrito nas obras de (MANTOAN, 2013). Os professores citam a falta de conhecimentos e capacitação em relação a educação especial menciona Silva & Lobato (2021). Surge então a inquietação, como vencer os desafios que os estudantes enfrentam na sala de recursos multifuncionais? Dessa forma, a busca continua e se intensifica a cada artigo e tese que não esclarece o objetivo desejado. Um exemplo disso é, o artigo da (Revista Exitus, 2008). Para Junior e Marques (2015) no artigo ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: “uns estudos comparativos sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil” contribuem com a seguinte análise:

É notório que o programa de implantação das SRM, ficou com a distribuição das salas desigualmente entre os estados brasileiros, e que não foi suficiente para atingirem os educandos que são públicos-alvo com direito de participação adquirida (JUNIOR E MARQUES 2015).

Diante das pesquisas os autores Junior e Marques (2015) fazem sinceras colaborações sobre a educação especial e inclusiva, embora, não há registros de como é possível resolver as dificuldades dos alunos durante as aulas na sala de recursos multifuncionais. As lacunas sobre as dificuldades enfrentadas pelos discentes são recorrentes e difíceis de serem interventivas. As áreas continuam abertas e o que se encontram são relatos de dificuldades, frustração, má formação acadêmica, descaso social entre outros Mantoan (2013). Autores como (PEREIRA, 2007), (MANTOAN, 2003, 2006), (CARVALHO, 2004), (GLAT & NOGUEIRA, 2002), que debatem a respeito da educação inclusiva, a importância de os alunos serem inseridos num contexto escolar e seus benefícios. Póker, Nascimento & Giroto (2019) em seu artigo “Inclusão e formação docente: com a palavra, os professores das salas de recursos multifuncionais”, relata sobre a importância do Projeto Político Pedagógico — PPP na unidade escolar. Dito isso, no PPP deve constar que TODOS os professores devem ser capacitados, estar preparados e atualizados participando de formação individual e continuada e que constem conteúdos sobre educação especial. (POKER, NASCIMENTO e GIROTO, 2019). Diante do exposto, POKER, NASCIMENTO, GIROTO (2019, p. 300) com relação aos professores especializados que desempenham sua função na sala de recursos multifuncionais diz serem suas atribuições:

[...] aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A exemplo disso, eles citam o Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 (BRASIL, 2001), art. 18: sobre o objetivo, a função PPP na escola e sua significância, relatando que a escola inclusiva parte do currículo flexível e adaptável. A cada leitura percebe-se que existe um conflito entre os papéis do professor da sala regular e o professor da sala de AEE, mesmo existindo a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, com as funções e atribuições do professor especialista da sala de recursos (BRASIL, 2009). Bem como o professor regente em alguns casos quer eximir-se das responsabilidades do aluno durante a aula no período regular. Poder discutir sobre educação inclusiva, representa um avanço e de acordo com (FREITAS, 2018, p. 26):

É urgente a luta por uma educação emancipatória, mas é preciso constatar o quanto existem forças contrárias a essa intenção, uma vez que parece que se luta apenas para que a educação não piore e ainda mais, pois não parecem ser positivas as tentativas de reforma da atualidade: Escola sem Partido, Base Nacional Comum Curricular, reforma do ensino médio etc. Esta sociedade, que escreve sua própria história, parece não ter aprendido com ela.

As teses e artigos selecionados, analisados, pouco se registra sobre os desenvolvimentos sociais emocionais e cognitivos dos discentes, a maioria dos relatos são sobre a formação acadêmica e sobre as leis e pareceres que norteiam a Lei da Educação Especial (LUNA 2015). Em última análise esquecendo-se do educando como parte principal da sala de recursos multifuncional, já que este necessita ser completado a partir das suas singularidades, individualidades, para que se sinta participante do processo de Ensino (SANTOS 2017). Fato é, que a falta de formação continuada especializada é um fator presente nas dificuldades que os estudantes possuem, acabam sendo vítimas de atividades inadequadas que na maioria das vezes não incluem afasta-o cada vez mais da sua realidade (KASSAR, 2014). O desencontro intencional entre os profissionais da sala regular e da sala SRM que dividem o ensino dos alunos com necessidades especiais educacionais é outro agente predominante para afetar a aprendizagem, interação e socialização (OLIVEIRA et al. 2017). Da mesma forma que a falta de fiscalização do setor público, em verificar se as ações das políticas públicas em educação estão sendo efetivadas segundo os direitos adquiridos pela Constituição.

CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura a fim de compreender quais desafios os alunos enfrentam na sala de recursos multifuncionais. Foi possível verificar que existe a necessidade de uma ação comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes, é que reconheçam as diferenças de práticas das territorialidades e valorize a diversidade cultural. Através das análises bibliográficas foi possível perceber que as dificuldades dos alunos que enfrentam a sala de recursos multifuncionais estão direcionadas para o atendimento educacional especializado, onde, inclui a formação do professor da sala de recursos multifuncionais, a parceria com a família e a comunidade escolar. As ações que necessitam ser desenvolvidas nas SRM têm caráter complementar ou suplementar, no entanto, é preciso que seja, individualizada, consoante as especificidades de cada indivíduo fazendo com que essa aprendizagem seja significativa. Todavia, os profissionais que desempenham seu papel de educador nas SRM precisam estar atualizados com cursos, recursos e estratégias metodológicas, parcerias com a área da saúde multidisciplinar para poderem agregar no cotidiano desses estudantes, não somente com atividades, mas, no conhecimento de mundo e na conquista da autonomia. Nesse sentido, grande é os desafios da SRM, para os alunos e para os educadores, mas fato é que, as conquistas precisam partir do micro, de escola por escola. Isto é, se faz necessário onde a gestão escolar esteja empenhada em tornar a escola em uma comunidade escolar inclusiva e acessível para todos, tornando o PPP um documento flexível e respeitando os direitos adquiridos pelos alunos com diferenças, deficiências, transtornos, síndromes, raças, cor, sexualidade entre outras quaisquer diferenças. Isso se deve ao fato de, que a escola necessita desenvolver culturas, políticas e práticas que valorizem as diferenças de cada aluno, e com isso, aconteça a construção dos conhecimentos sem discriminação ou comparações. Desse modo, deve-se propagar os estudos e pesquisas que ainda são rasos quando se trata da temática sobre resolver as dificuldades dos alunos com deficiências e transtornos, altas habilidades/superdotação, durante as aulas na sala de recursos multifuncionais. As análises são superficiais, aparecem dentro de outros estudos, porém com pequena relevância.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, E. F. B. Pesquisa em educação inclusiva: representações dos docentes das salas de recursos multifuncionais sobre o professor-pesquisador. 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7221>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- BARCELLI, J.C. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. Disponível em: <https://fce.edu.br/blog/desafios-e-estrategias-de-ensino-para-alunos-com-deficiencia-intelectual/>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- BRANDÃO, M. T.; FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, p. 487–502, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Orientador Programa Escola Acessível. Brasília: MEC/SECADI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília: 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 jun. 2022.
- CLAROS, M.; SOARES, S. de J. Congresso Internacional Abed de Educação a Distância, 21º., 2015, Rio Grande do Sul. Anais. O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem. [...]. Montes Claros - MG: [s.

- n.], 2015. 10 p. Tema: EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Inclui bibliografia.
- Decreto de Bolsonaro para alunos com deficiência é retrocesso de 30 anos, diz pedagoga da Unicamp. BBC News Brasil, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58347504>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- FLÓRO, L. F. D. Inclusão escolar, sala de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações. Texto, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02092016-164402/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- FRAGA, J. M.; VARELA, A. M.; WUO, A. S.; et al. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau. Revista Educação Especial, p. 41–54, 2017.
- FREITAS, F. P. M.; SCHNECKENBERG, M.; OLIVEIRA, J. P. de; et al. A formação do gestor escolar e o conceito de inclusão no Programa Educação inclusiva: Direito a diversidade. Revista ESPACIOS | Vol. 37 (Nº 33) Ano 2016, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n33/16373308.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- FREITAS, Nivaldo A. de. Alguns obstáculos para a Educação Inclusiva dentro e fora da escola. Disponível em: https://www.academia.edu/35717212/ALGUNS_OBSTACULOS_PARA_A_EDUCACAO_INCLUSIVA_DENTRO_E_FORA_DA_ESCOLA. Acesso em: 19 jun. 2022.
- GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. D. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração, Brasília, v. 24, ano 14, 2002.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/678>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- JUNIOR, S. V. S.; MARQUES, M. do P. S. D. Atendimento educacional especializado: um estudo comparativo sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil. Revista Exitus, v. 5, n. 1, p. 50–69, 2015.
- KASSAR, M. de C. M. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS. Cadernos CEDES, v. 34, p. 207–224, 2014.
- LELLIS, L. B.; ARANTES, J. C.; RIBEIRO, H. de S. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no pós-pandemia em Mato Grosso. Conjecturas, v. 22, n. 3, p. 213–227, 2022.
- LIMA, A. G. de. A Infrequência Escolar no Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais: desafios e possibilidades – Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-infrequencia-escolar-no-atendimento-educacional-especializado-em-sala-de-recursos-multifuncionais-desafios-e-possibilidades/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- MACHADO, L. A. G. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO ATÉ O DECRETO Nº 10.502/2020. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2063>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. Petrópolis / RJ: Vozes, v. 1, p. 29–41., 2008.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas Escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. T. D. Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. p.208.
- MITTLER, P. J. Educação Inclusiva – Contextos sociais. Tradução, supervisão e coordenação desta edição: Windyz Brazão Ferreira. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, V. de; SOUZA, H. K. R.; VITAL, K.; et al. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular. Revista online de Política e Gestão Educacional, p. 1048–1062, 2017.
- PANSINI, F. Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil: para que é para quem? 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6434>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- PEREIRA, M. S. Semelhanças e Diferenças de Habilidades Sociais entre crianças com Síndrome de Down incluídas e crianças com desenvolvimento típico. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, p. 119f. 2007.
- PLAÇA, J. S. V.; GOBARA, S. T. O estado do conhecimento sobre as salas de recursos multifuncionais: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação. Reflexão e Ação, v. 29, n. 2, p. 160–176, 2021.
- POKER, R. B.; MARTINS, S. E. Sartoreto de O.; OLIVEIRA, A. A. S. de; et al. Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. [s.l.]: Editora Oficina Universitária, 2013.
- POKER, R. B.; NASCIMENTO, B. A. B. do; GIROTO, C. R. M. Inclusão e formação docente: com a palavra, os professores das salas de recursos multifuncionais. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 21, n. 2, p. 297–313, 2019.
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. _____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em:
- Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/site2020/politica-nacional-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- RIBEIRO, M.; VEIGA, V. G.; PELIZ, I. R. Ministro de Estado da Educação. p. 124.
- SANTOS, L. Planejamento da ação didática na educação especial: compreensões necessárias na elaboração do plano de AEE. Revista Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 98–113, 2019.
- SANTOS, R. F. dos; SAMPAIO, P. Y. S.; SAMPAIO, R. A. C.; et al. Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54, 2017.
- SANTOS, T. P. dos. Educando na diversidade: a questão da sala de recursos multifuncionais. 2017. Disponível em: <https://www.bdt.ueg.br/handle/tede/950>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- SASSAKI, R. K. Inclusão, o paradigma da próxima década. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.
- SEGABINAZZI, M.; LUNARDI, M. G. M. Mais tecnologia, mais inclusão? Analisando o programa de implantação das salas de recursos multifuncionais. Atos de Pesquisa em Educação, v. 13, n. 1, 2018.
- SILVA, M. C. da. Formação continuada e educação especial: a experiência como constitutiva do formar-se. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128922>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- SOUSA, V. C. A. de. O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 19 jun. 2022. Accepted: 2022-01-24T14:14:50Z.
- SOUZA, L. C. de; MACIEL, L. F. P.; FARIAS, G. O.; et al. Estudo bibliométrico da produção sobre Educação Física na Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE. Revista Educação Especial, v. 34, p. 1–23, 2021.
- UNESCO (1990) Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 20 jun. 2022
- UNESCO (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. UNESCO (1996).